

A CONSTRUÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE OS ECONOMISTAS

Eleutério F. S. Prado¹

Introdução

Entre os economistas, um doutor de Chicago vale mais do que um doutor de Illinois e, principalmente, do que uma doutora da New School. Um economista ortodoxo vale mais do que um economista heterodoxo. Um simples doutor formado nos Estados Unidos vale mais do que um doutor criativo formado no Brasil. Por que se pensa nesses termos na "comunidade" dos economistas? Por que, ao contrário, nessa "comunidade", os intelectuais não são valorados apenas por suas contribuições à ciência, reflexões e argumentos racionais?

Será que aqui se aplica a mesma lógica da modernidade segundo a qual a força de trabalho de um indivíduo branco vale sempre mais, por exemplo, do que a de um indivíduo negro, seja nos EUA, na Europa ou no Brasil? Essa é uma questão para a Economia² ou para a Teoria Crítica?

Examinamos esse tema nas próximas seções do artigo. Na primeira caracterizamos o problema da lógica da discriminação entre os economistas, relacionando-a ao emprego da matemática e ao advento do neoliberalismo (assim como da teoria econômica autista e pós-moderna). Na segunda, discutimos as teses de McCloskey e Katzner sobre a matematização da Economia, as quais serão consideradas reveladoras, ainda que meramente culturalistas. Na terceira, discutimos a metafísica da formalização empregada pela teoria econômica ortodoxa, apresentando-a como resultado de um percurso histórico degenerativo. Em uma seção final de conclusão, mostramos as fraquezas dessa teoria, relacionando-as às práticas discriminatórias. A tese central do artigo estabelece uma conexão entre o modo como são construídas as diferenças entre os economistas e a fase atual, dita pós-moderna, do modo de produção capitalista.

Origem das Diferenças

Quanto vale um economista? Um economista que se define como competente argumentaria, cremos, assim: "Quem decide isto é o mercado. Um pesquisador, um professor de Economia, hoje, tem um valor que é dado no mercado internacional. Se um Phd de Chicago vale mais do que, por exemplo, um Phd de Amherst é porque em Chicago ensina-se aquilo que é mais valorizado no mercado... ao contrário do que acontece em Amherst".

¹ Professor da USP. e-mail: eleuter@usp.br. Agradecemos os Professores Antônio Maria da Silveira, Jorge E. de C. Soromenho, Paulo de Tarso Soares, Pedro C. D. Fonseca, Leda Maria Paulani, assim como dois pareceristas anônimos dessa revista, que comentaram o artigo com espírito crítico, sem ter necessariamente concordado com todas as teses nele expostas. Versão revisada em 04/09/2001.

² Empregaremos neste texto o termo Economia, pois o termo Economia Política soaria falso. Na verdade, deveríamos escrever Economia Anti-Política para ressaltar o fato de ela se definir pela negação de que possui um caráter político.

Diferentemente dessa espécie de economista, acreditamos que essa explicação é bem insuficiente. Para encontrar uma resposta melhor para a questão, julgamos que precisamos seguir as observações de Hardt e Negri (2000) sobre a construção do racismo na pós-modernidade (estágio do capitalismo em que a produção é informatizada e a sociedade como um todo se transforma numa fábrica de serviços). Segundo eles, na passagem da história para o fim da história (termo que Fukuyama empregou para designar a pós-modernidade), o racismo muda de figura e deixa de se basear em diferenças biológicas³ para se fundar em diferenças culturais, educacionais em grande parte.

Para eles, na modernidade "o racismo e as práticas concomitantes de segregação estavam fundadas nas diferenças biológicas entre as raças. Sangue e genes estavam por trás das diferenças de cor de pele e eram, portanto, as substâncias reais das diferenças raciais. As pessoas subordinadas eram então concebidas (pelos menos implicitamente) como alteridade não humana, como seres de uma natureza inferior" (Hardt e Negri, 2000, p. 191).

O racismo na pós-modernidade, entretanto, é para Hardt e Negri um racismo sem raça, que não se baseia mais em diferenças biológicas. "... a cultura, agora, vem preencher o papel que a biologia havia desempenhado... Da perspectiva do novo racismo, há rígidos limites para a flexibilidade e a compatibilidade das culturas. As diferenças são insuperáveis. Tal racismo é antes uma prática cultural de segregação, não de hierarquia. A hierarquia é determinada somente *a posteriori* e está baseada em desempenho. De acordo com o novo racismo, a supremacia e a subordinação... surgem da livre competição, como uma espécie de meritocracia cultural e educacional " (Hardt e Negri, 2000, p. 191). Ele se funda, pois, no funcionamento do mercado.

Hardt e Negri estão se referindo, obviamente, ao novo racismo que se alastra pelos países desenvolvidos, em particular, pela Europa e que recai sobre os imigrantes africanos, árabes, latino-americanos, russos etc. que aí buscam emprego. Ele é a base, como se sabe, da política da ultra-direita na Áustria, na França, etc. Apesar disso – ou melhor, justamente por isso –, julgamos que eles apresentam um esquema de compreensão das práticas discriminatórias que pode iluminar a questão que motiva o presente artigo.

Como se forma o valor de um doutor em Economia? Como se constróem as diferenças na "comunidade" dos economistas? Antes de responder explicitamente a essas perguntas, é necessário entender que a noção de mercado aqui não pode ser entendida como se ela se referisse a algo meramente "natural" e espontâneo como, por exemplo, uma feira medieval de produtos de alimentação. Nesse tipo de mercado, os produtos vendidos atendem determinadas necessidades humanas e sociais, as quais se originaram fora dele.

Eis que essa espécie de mercado quase não existe mais, já que as próprias necessidades são cada vez mais criadas artificialmente pela indústria cultural, por meio da propaganda e do marketing. Também os mercados, em conseqüência, passam a ser produzidos de acordo com as necessidades da expansão do capital. Aliás, o desenvolvimento histórico das relações de produção capitalistas mostrou que o sistema econômico tende a se tornar onipresente, passando a englobar, pouco a pouco, todas as esferas da vida. As reações a tudo isto, em conseqüência, também tendem a aparecer e a aumentar.

³ O racismo tradicional está ancorado, evidentemente, no fato de a Europa e a América do Norte terem centralizado a acumulação de capital, dominando o resto do mundo nos últimos séculos. Isto não significa que o racismo possa ser explicado inteiramente por sua base econômica.

De qualquer modo, é por isso que muitos economistas enxergam o meio em que atuam como um mercado, e não como uma esfera de geração de saberes situada fora do sistema econômico. Ora, é preciso examinar isto mais profundamente, já que esse mercado é auto-referente. Pois, o produto gerado pelos economistas é algo imaterial que visa atender necessidades que foram, elas próprias, em boa medida, criadas inclusive pelos próprios economistas.

É certo que a existência objetiva do sistema econômico requer a análise econômica e a função de economista. É certo que a acumulação de capital em escala global tem uma lógica própria que se impõe à teoria econômica, como uma determinação quase sempre não reconhecida ou mesmo encoberta. Sob essa determinação de fundo, entretanto, as competências e as qualidades requeridas daqueles que vão cumprir a função de economista – assim como das teorias que empregam – são produzidas no próprio colégio dos economistas que se situa, agora sabemos, no interior do próprio sistema econômico. É evidente a preparação do economista nunca é meramente técnica, mas envolve também o fornecimento de uma visão do mundo e modos determinados de se apropriar intelectualmente da realidade, os quais visam, sobretudo, compreendê-la (e mistificá-la).

A hegemonia americana na ordem capitalista, como sabemos, consolida-se após o fim da II Guerra Mundial. Segundo Arrighi⁴, o período que vai de 1945 a 1970 caracteriza-se pela enorme expansão do capital produtivo e das grandes empresas corporativas e transnacionais, principalmente norte-americanas. No âmbito interno das nações capitalistas, a política econômica segue então, predominantemente, o keynesianismo, enquanto que, no plano internacional, ela se torna orientada pela busca do desenvolvimento. Com a crise dessa hegemonia a partir de 1971, em face da emergência da liderança japonesa na organização em rede das empresas, inicia-se um período de predomínio do capital financeiro. Com a expansão acelerada do mercado internacional de empréstimos, ocorre uma progressiva limitação da soberania os estados nacionais que passa, em parte, para os organismos reguladores transnacionais. O neoliberalismo torna-se, assim, a ideologia do mundo do capital nas duas últimas décadas do século XX.

A expansão do capital financeiro gerou internacionalmente uma euforia liberal, que recebeu um reforço com a vitória das potências capitalistas ocidentais (em 1989 ocorre, finalmente, a queda do muro de Berlim), que haviam adotado uma combinação de economia de mercado com democracia eleitoral, frente ao chamado "comunismo histórico", que sempre foi mais centralizador na promoção do processo de acumulação e mais autoritário na garantia das condições políticas necessárias a esse processo. Ademais, com o efetivo enfraquecimento das forças sociais que costumam resistir à dominação do capital – já que os sindicatos, por exemplo, perderam poder diante das mudanças nos processos de trabalhos e na composição da força de trabalho – passou-se a celebrar o triunfo da visão de mundo do capital sobre a visão de mundo do trabalho. Tudo isto levou ao surgimento de um empenho generalizado para dismantlar o estado de bem-estar social – assim como para privatizar certos segmentos da produção que estavam nas mãos do Estado –, o que institucionalizava certo compromisso de classe entre o capital e o trabalho.

Com o "fim da história" – ou seja, com o suposto término da possibilidade de qualquer transformação radical da sociedade –, uma nuvem espessa de conformismo e pragmatismo veio cobrir todo o horizonte social e cultural do capitalismo⁵. A globalização

⁴ Ver Arrighi (Arrighi, 1966).

⁵ Para uma crítica política do chamado pensamento único, ver Herrera (Herrera, 2001).

dos mercados de capitais, a expansão das relações mercantis para todas as esferas da vida social e a aceitação sem vergonha do dinheiro como valor supremo, com todas as suas duras conseqüências, passaram a ser vistas como aspectos de um processo inexorável ao qual todos deveriam se submeter. Difundiu-se, assim, mais e mais, a crença de que o mundo não pode mais ser mudado pelas lutas políticas, pela vontade de liberdade, pela busca de autonomia e emancipação, pela renovação da subjetividade e da cultura, etc.

É a partir do entendimento dessas transformações que podemos compreender a construção da discriminação entre os economistas, assim como perceber que a sua fonte é de natureza educacional e cultural. É assim que podemos perceber o estreito vínculo entre a estrutura de discriminação aí existente e a sua forma de expressão em termos de valor mercantil.

Ao longo desse processo de mudança, a teoria econômica abandona o modo de pensar keynesiano que, historicamente, representou o reconhecimento da classe trabalhadora como ator social com certa força própria e alguma autonomia e, portanto, com aspirações e direitos que tinham de ser considerados pela política econômica. Eis que essa era uma perspectiva que enfatizava a necessidade da intervenção estatal para moderar e "sublimar" os conflitos sociais (os quais se manifestam como desemprego, inflação, etc.), com o objetivo de garantir um melhor desempenho do sistema econômico ao longo do tempo. Sob a égide de uma nova suposta confiança na capacidade de auto-regulação e na espontaneidade dos mecanismos de mercado, ocorreu então uma mudança na teoria econômica, especialmente na teoria macroeconômica, que passou a ser dominada pelo chamado novo-classicismo (o qual foi desafiado até certo ponto, em seu próprio terreno, pelo novo-keynesianismo).

Assim, o ensino de Economia também se transforma, inclusive porque se passa a enfatizar, de modo cada vez mais cínico, a necessidade de promover a preparação de mão-de-obra (vista como capital humano⁶) para o mercado, em detrimento do fornecimento de uma formação social e cultural ampla e enriquecedora (que visa os estudantes como sujeitos morais, cidadãos, além de profissionais competentes). O ensino em geral é visto, então, de um modo pós-moderno, como um serviço que produz uma matéria prima, mais ou menos qualificada, que está destinada a se auto-oferecer, um dia, como fonte de serviços, nos mercados de força de trabalho. O ensino de Economia, em particular, adota como objetivo a preparação de jovens numa visão de mundo e numa prática da política econômica que, em última análise, celebram a suposta vitória definitiva do mundo do capital.

É por isso que a trama da discriminação entre os economistas é tecida no sistema internacional de pós-graduação em Economia, cujo centro se encontra nos Estados Unidos e tem bases importantes na Europa, principalmente na Inglaterra. É aí que se geram as fontes dessa segregação que se espalha pelo resto do mundo e, inclusive, para um país como o Brasil. O mecanismo que estrutura a conseqüente hierarquização em termos de valores mercantis é a chamada competência em matemática econômica e em mensuração econômica (ou econometria). Eis que estamos diante de um uso obscurantista da matemática, o qual se aproveita de seu prestígio, de suas realizações e de suas conquistas no desenvolvimento da ciência moderna.

⁶ De modo intervertido e, por isso, mistificador, esse termo diz que no capitalismo pós-moderno aquilo que tem caracterizado o humano por séculos, a saber, o conhecimento, a inteligência, etc. está subordinado ao capital.

Sobre a Formalização

A questão da formalização em Economia tem sido discutida entre os economistas. Muitas opiniões têm sido emitidas, já que há um sentimento difuso de insatisfação quanto ao modo de emprego da matemática na teoria econômica atual. As análises feitas por McCloskey (1991) e Katzner (1991) sobre esse problema são esclarecedoras⁷.

McCloskey defendeu enfaticamente a tese de que a formalização em Economia deixou de ser razoável. O seu argumento tem os seguintes contornos: os economistas de hoje costumam dizer que se inspiram nos físicos, mas não se comportam como eles na sua atividade científica. Os físicos sabem e usam muita matemática, muito mais do que os economistas, sem que se possa dizer que a Física é uma ciência tão matematizada quanto a Economia. Pois, os físicos continuam interessados nos problemas do mundo físico, enquanto que os economistas — os economistas ortodoxos, obviamente — estão muito pouco preocupados com as questões práticas que afetam o mundo econômico. Eles se interessam pelos modelos em si mesmos, ou seja, pelos mundos ideais que nos modelos se afiguram como possíveis.

Na verdade, segundo ele, atualmente *"nos departamentos de economia reina o espírito dos departamentos de matemática"*. Ao invés de imitarem os físicos, *"os economistas... adotaram os valores intelectuais dos matemáticos"*. Por isso, passaram a mimetizar estes últimos em seu interesse por teoremas e provas e em seu desprezo pela relevância empírica e prática dos resultados. Em conseqüência, no mundo acadêmico "top" em Economia, microeconomia é matemática e macroeconomia é microeconomia. E quem não sabe muita matemática, ou seja, quem não é capaz de participar dessas *"viagens exploratórias no hiperespaço dos mundos possíveis"*, é simplesmente desprezado como incompetente. *"A coalizão dominante dos formalizadores"* — diz McCloskey — *"não é cientificamente tolerante"* (McCloskey, 1991, p. 7).

McCloskey encontrou uma explicação para este fato no campo da retórica⁸. Os economistas acadêmicos, segundo ele, caíram numa armadilha quando procuraram se afirmar no mundo da competição acadêmica especializando-se cada vez mais no uso dos argumentos exatos. *"O problema"* — diz ele — *"é retórico. O prestígio do argumento matemático levou os economistas a acreditarem... que se pode provar ou contraditar grandes verdades sociais escrevendo fórmulas num quadro negro"* (McCloskey, 1991, p. 9). Desse modo, os novos economistas acadêmicos abdicaram da cultura universal dos velhos grandes economistas, para elevar bem alto a retórica da exatidão e da consistência como única virtude digna de crédito. O resultado desta opção, segundo ele, foi a estetização do conhecimento econômico. A Economia como ciência prática, em conseqüência, ao invés de progredir, passou a caminhar em círculo.

Katzner, por outro lado, argumentou em favor da formalização, sem se comprometer, porém, com os caminhos trilhados pela teoria econômica ortodoxa nas últimas décadas. *"Hoje"* — diz — *"muitas pessoas estão insatisfeitas com boa parte da*

⁷ Em dezembro de 1991, numa seção da American Economic Association, promovida pela International Network for Economic Method, foi discutido o problema da formalização em Economia. Participaram das discussões Donald McCloskey e Donald Katzner, como apresentadores, Edward Leamer, Bruce Caldwell e Robert Solow, como comentadores.

⁸ Trata-se de uma tese culturalista e pós-modernista. Em nossa opinião, o problema é antes estrutural do que retórico.

análise econômica". Para ele, entretanto, não se pode criticar a formalização, mas somente os conteúdos formalizados: "*a formalização per se não é o problema; a dificuldade real*" — aponta — "*reside na natureza das questões que os economistas levantam*" (Katzner, 1991, p. 17). Segundo ele, a formalização em si mesma merece respeito, pois é um meio poderoso e apropriado de exposição de idéias em Economia.

Mas, o que vem a ser formalização? Conforme Katzner, o objetivo da análise econômica em geral é explanar e clarificar os fenômenos do mundo. Para tanto, vários tipos de análise estão disponíveis e podem ser usados em combinação: a descrição, a narrativa histórica, o estudo de casos, a construção de modelos etc. Os modelos, muito empregados pelos economistas, são construções abstratas que representam, de modo simplificado, comportamentos do mundo econômico e que fornecem, por isso, "insights" sobre esta região da realidade social. "*Com estas idéias em mente*" — diz, então —, "*pode-se definir formalização como o arranjo funcional das relações entre variáveis que constituem parte (ou todo) de um modelo econômico*".

À esta definição de formalização, segundo Katzner, quatro observações devem ser agregadas: primeiro, uma formalização vem a ser relevante se representa adequadamente, de algum modo, os fenômenos visados; segundo, ela não exige que as variáveis consideradas sejam passíveis de mensuração; terceiro, apesar de pretender explicar a realidade econômica, a formalização é sempre abstrata — ela nunca pretende construir mapas perfeitos desta realidade; e quarto, as formalizações são analogias ou metáforas. Por isto, são "*construções que servem tanto como instrumentos de pensamento quanto como meios inteligíveis de comunicação*" (Katzner, 1991, p. 21)⁹.

Se não se pode acusar a formalização em si mesma, por que então — pergunta ele — há tanta insatisfação com a análise econômica. Katzner, então, aponta duas dificuldades. A primeira delas, chama de "crise da abstração": muitos modelos seriam construídos sob supostos simplificados demais, tornando-se, por isso, irrelevantes na prática. Como exemplo, ele cita aqueles que se baseiam no postulado do conhecimento completo e perfeito. A segunda dificuldade poderia ser chamada de "crise da aplicação": muitas questões postas levam à respostas inadequadas para enfrentar os desafios do mundo real. Como exemplo, ele cita a crítica de Marshall ao emprego acrítico da noção do equilíbrio: "*os problemas econômicos são apresentados imperfeitamente quando tratados como problemas de equilíbrio e não como de crescimento orgânico...*".

Apesar de sua defesa da formalização, Katzner concorda que parte da "*análise econômica tornou-se um 'belo jogo' em que a busca de 'divertimento' matemático é prioritária em relação ao esforço de lançar luz nos fenômenos econômicos*" (Katzner, 1991, p. 21). Isto, porém, segundo ele, explica-se pela sociologia e pela psicologia da profissão¹⁰. Os padrões de cientificidade estabelecidos nos departamentos de economia estão premiando a formalização e não, antes de tudo, a relevância teórica. Ser bom em "economia pura" ajuda muito a obter reconhecimento, promoções, melhor remuneração,

⁹ Posto isto, ele apresenta, seguindo Suppes, sete razões para a formalização. Esta é necessária para: 1) clarificar os problemas conceituais; 2) construir os fundamentos lógicos das teorias; 3) padronizar terminologias e métodos; 4) permitir o desenvolvimento de uma visão geral que não se perde nos detalhes; 5) possibilitar a obtenção de grande objetividade; 6) estabelecer as condições analíticas do problema; 7) encontrar os supostos mínimos necessários à análise.

¹⁰ Esta tese de Katzner também é culturalista, já que localiza o problema na esfera dos comportamentos culturais.

publicações etc. Envolver-se com os problemas do mundo real, por outro lado, pode ser encarado como fraqueza e incapacidade para competir entre os melhores.

Algumas idéias presentes nas análises de McCloskey e Katzner merecem atenção especial, já que traçam um mapa do problema: a) A formalização tem se tornado uma prática muito difundida nos departamentos de economia ditos de excelência; b) A adoção da capacidade de formalização como critério primordial de competência manifesta-se como um preconceito excludente e autoritário; c) O emprego de matemática tem se tornado sufocante já que ele não tem permitido que outras formas de discurso possam respirar em Economia Política; d) A obsessão com a economia formalizada tem impedido que os economistas alarguem a sua visão e adquiram uma cultura econômica sólida.

Nenhuma das duas explicações apresentadas para a síndrome da formalização em Economia, entretanto, parece ir à raiz do problema. Elas apontam para o fato da discriminação, mas não vêem que sua fonte se encontra na própria emergência do capitalismo pós-moderno. O mercado auto-referente dos economistas é apenas uma das faces das práticas correntes nos mercados da sociedade global. Ademais, elas não mostram onde se encontra a raiz da má formalização da teoria neoclássica.

Metafísica do Equilíbrio

Para poder esclarecer esse último ponto é preciso examinar a metafísica subjacente ao uso da matemática empregada pela teoria ortodoxa. Um bom ponto de partida é fornecido por Arrow quando pergunta sobre quem fixa os preços no modelo neowalrasiano: "*... cada participante da economia toma os preços como dados... – diz ele – não há aí, pois, um alguém que toma decisões e cuja função seja decidir sobre os preços.*" (Arrow, 1959, p. 43). A pergunta é crucial. Arrow que teve a coragem de fazê-la, não pode fornecer qualquer resposta.

A tradição metafísica ocidental, como ensinam Hardt e Negri, tem horror à falta de medida e à ausência de ordem, as quais identifica (Hardt e Negri, 2000, p. 356). Na explicação do principal fenômeno da esfera econômica, qual seja, a formação dos preços, a Economia Política do século XIX buscou fundar a ordem em uma medida objetiva (valor, preço natural), por meio de uma noção de equilíbrio que o funcionamento do mercado tendia ou podia alcançar. Entretanto, no correr do século XX, especialmente em sua segunda metade, a economia ortodoxa passa a adotar um conceito formal de equilíbrio, assentando depois a ordem na plena racionalidade do agente econômico, de um modo circular.

Na Idade Média, o conceito de equilíbrio estava ligado, como sabemos, à noção de preço justo que estava associado a um princípio de moderação: para que a desordem não se estabelecesse no mundo era preciso tornar moral o interesse pessoal. O trabalho e a utilidade eram reconhecidos como elementos a serem considerados no preço justo. A medida que regulava esses preços, entretanto, assentava-se na justiça que, como sabemos, tinha então uma fonte divina. Na verdade, a regulação existia e ela era obra institucional das autoridades eclesiásticas e nobiliárquicas que dominavam no período histórico (Hugon, 1972).

Na fase clássica do pensamento econômico da época moderna, com os escritos de Adam Smith especialmente, a noção de equilíbrio passou a ser associada à de mão invisível. A ordem do sistema econômico deixou de ser atribuída a uma origem divina, passando a ser explicada de um modo terreno, como resultado de seu funcionamento, dito

ou visto como natural. Ainda assim, porém, como esse funcionamento não podia ser concebido como algo que estava sob o controle consciente dos agentes econômicos, a noção de equilíbrio empregada continuava assentada num princípio de caráter transcendental (a mão invisível).

Os preços de mercado eram entendidos como grandezas fixadas pelos próprios agentes econômicos no processo da concorrência; já os preços naturais ou de produção, ao redor dos quais – como dizia Adam Smith – os primeiros gravitavam, foram concebidos como magnitudes fixadas cegamente pelo processo econômico. De qualquer modo, a noção de equilíbrio está aí ligada ao movimento real dos capitais que procuravam o lucro penetrando no processo de produção e circulação de mercadorias. Os preços naturais eram assim regulados, de um modo direto ou indireto, pelas quantidades de trabalho necessárias à produção das mercadorias¹¹.

Já na fase neoclássica do pensamento econômico, o equilíbrio tornou-se um princípio *a priori*¹² da análise econômica, ou seja, algo que é necessário assumir para poder pensar o sistema econômico como existência de fenômenos que tem uma ordem racional¹³. É importante notar aqui que a noção de equilíbrio passou, então, a estar associada a um cálculo de otimização.

Como foi que a teoria econômica chegou à noção de equilíbrio ou de coordenação bem sucedida como resultado de um exercício de otimização? Ninguém melhor do que Mirowski desnudou esse fato ao mostrá-lo como uma apropriação do formalismo da física do campo de força conservador desenvolvida nos anos intermediários do século XIX (Mirowski, 1984, 1989). *"A expansão dessa nova teoria na Física"* – que Mirowski chamou de "energetics" – *"suscitou a invenção da teoria neoclássica, provendo-lhe as metáforas, as técnicas matemáticas e novas atitudes em relação à construção teórica"* (Mirowski, 1984, p. 366). Algumas das substituições metafóricas foram as seguintes: conjunto de escolha por campo conservador, utilidade por energia potencial, dispêndio total por energia cinética, preço por componente da força, etc. As técnicas de maximização com restrições no \mathfrak{R}^n , por exemplo, tornaram possível a concepção da "escolha" como "procura" de equilíbrio. Entre as novas atitudes devemos mencionar uma abertura ao emprego irrestrito e acrítico do cálculo diferencial, com a conseqüente possibilidade de afirmar que a Economia torna-se, assim constituída, uma ciência "hard".

A interação entre preços naturais e de mercado foi mantida pela teoria neoclássica tradicional de Marshall, Walras, etc¹⁴, que procurava se desembaraçar, entretanto, do poder criador do trabalho social por meio da adoção do conceito de fator de produção. Entretanto,

¹¹ A teoria do valor de Marx, cremos, pode ser entendida como uma crítica do transcendentalismo inerente ao funcionamento da economia mercantil capitalista. É por isso que o trabalho abstrato está no centro da sociabilidade engendrada pelo capital. Não temos dúvidas, pois, sobre a realidade da exploração e da alienação mercantil. Entretanto, não vemos como seja possível pensar o valor trabalho como algo positivo que regula efetivamente os preços de mercado e que faz com que o sistema econômico tenda eventualmente para o equilíbrio. O equilíbrio em Marx, cremos, é apenas momento da análise, não tem um caráter explanatório.

¹² Não estamos afirmando que houve uma influência neokantiana na teoria neoclássica; estamos dizendo, isto sim, que a noção de equilíbrio na teoria neoclássica – assim como, de modo mais amplo, o caráter sintético atribuído à matemática nessa teoria – tem o estatuto de um *a priori*. É o que procuramos mostrar em outro artigo (Prado, 1999).

¹³ No Brasil, Ganem refletiu sobre o tema da ordem e de sua relação com o conceito de equilíbrio (Ganem, 1996).

¹⁴ Conforme Milgate (Milgate, 1979).

esse fulcro interno do sistema econômico foi inteiramente abandonado pela teoria neowalrasiana – cuja forma canônica é o modelo de Arrow e Debreu – a qual, em busca da máxima exatidão e coerência formal, adotou o conceito de equilíbrio intertemporal. Nessa última forma, tudo se passa como se a economia de referência estivesse já sempre em equilíbrio¹⁵, de tal modo que este assume um caráter formal e circular. Foi assim que a teoria econômica tornou-se escrava, implícita ou explicitamente, da escola formalista de matemática de Hilbert e Bourbaki¹⁶, e de seu amor pela topologia.

Obviamente, um autor como Friedman procurou conciliar a intenção prática (no sentido utilitário do termo) da teoria econômica ortodoxa com esse conceito de equilíbrio obtido por otimização, por meio do ardiloso "as if". Eis que essa noção de equilíbrio é apenas compatível com o suposto de que os agentes são dotados de plena racionalidade, podendo estar associada, em conseqüência, apenas a uma dinâmica "nocional" ou "virtual". Ora, a torção de Friedman admite que o processo dinâmico real do mercado (dito evolucionário) elimina os comportamentos não ótimos para assim justificar um tipo de análise essencialmente estática. Nessa análise, o processo dinâmico é, pois, suprimido como tal. É sabido, entretanto, que exercícios elementares de dinâmica evolucionária podem mostrar que este nem sempre é o caso, e que a economia mercantil pode ser incapaz de superar por si mesma os seus problemas de coordenação (Prado, 2000).

Na década dos anos 30, com a Grande Depressão, desenvolveu-se a macroeconomia de Keynes que veio contrariar algumas das premissas mais importantes da teoria neoclássica: conhecimento pleno, coordenação perfeita e racionalidade otimizada. Keynes, como sabemos, pensou o sistema econômico como um conjunto de relações entre agregados e como um processo, permanentemente perturbado por choques internos e externos, capaz de chegar a estados de repouso com desemprego involuntário. Para ele, não existiam mecanismos automáticos de ajustamento, a deficiência de demanda efetiva era possível e a incerteza dominava as expectativas de longo prazo. Para Keynes, ao processo econômico faltava ordem e medida, requerendo um controle externo e intervenção estatal.

A macroeconomia de Keynes, entretanto, foi logo domesticada pela chamada síntese neoclássica que pretendeu restringir a possibilidade de coordenação ineficiente ao curto prazo, mostrando, por meio de uma análise de equilíbrio, que no longo prazo, quando todos os preços são flexíveis, o desemprego involuntário não pode existir (contrariando, assim, no terreno abstrato da teoria, mais uma vez, uma das evidências históricas mais incontestáveis da história do capitalismo). Assim se pretendeu reconciliar Keynes com a tradição neoclássica e de grande parte do pensamento liberal num contexto histórico caracterizado pela hegemonia do capital produtivo americano e pela política econômica

¹⁵ A discussão da estabilidade na teoria do equilíbrio geral não envolve a pressuposição de que o sistema econômico possa estar, efetivamente, fora do equilíbrio, já que, como sabemos, é assumido aí implícita ou explicitamente que nenhuma transação pode ocorrer quando vigoram preços de desequilíbrio (Arrow, 1976, p. 386). Soromenho, no Brasil, discutiu a questão do leiloeiro e do tâtonnement walrasiano (Soromenho, 2000). Uma posição otimista e apologética em relação à teoria neoclássica foi desenvolvida por Lisboa (Lisboa, 1997 e 1998).

¹⁶ A seguinte citação de David Hilbert é bem esclarecedora: "O método axiomático é na verdade e assim tem se mantido como a única ajuda conveniente e indispensável ao espírito em qualquer investigação exata, não importa o seu domínio. Ele é logicamente inatacável e, ao mesmo tempo, frutífero; ele garante, portanto, completa liberdade de investigação. Trabalhar axiomáticamente não significa, nesse sentido, nada mais do que pensar com conhecimento do assunto... sem o método axiomático procedemos ingenuamente acreditando em certas relações como dogmas... a abordagem axiomática remove essa ingenuidade e torna possíveis as crenças seguras" (apud Mirowski, 1992)

orientada pelo crescimento tranqüilo. A questão central nesse momento era enfrentar os conflitos políticos e econômicos de um modo “neutro”, como se eles se resumissem a problemas técnicos de coordenação macroeconômica¹⁷.

O keynesianismo hidráulico, entretanto, conservou a possibilidade do desequilíbrio por meio dos conceitos de situações ex-ante e ex-post. Se a sociedade real – o conflito de interesses e a luta de classes – são já evanescentes na síntese neoclássica, tudo isso desaparece em sua sucessora, a macroeconomia novo-clássica¹⁸. Esta última adota o conceito de equilíbrio da teoria neowalrasiana, supondo que ocorre um perfeito balanceamento dos mercados, em todos os momentos do tempo. De um modo metafórico, por meio da economia do agente representativo, reafirma o caráter auto-equilibrador dos mercados e a racionalidade coletiva das decisões dos agentes econômicos, dotados de auto-interesse e orientados pela racionalidade instrumental.

Fragilidade e Dogmatismo

É irônico que as duas melhores críticas internas à teoria neowalrasiana tenham partido de dois economistas conservadores: Hayek (1948, 1978) e Georgescu-Roegen (1971).

O primeiro desses autores apontou o caráter tautológico dessa teoria: ela assume *a priori* que todos os agentes econômicos detêm o conhecimento necessário à uma prova dedutiva, feita pelo economista teórico, de que o equilíbrio geral existe. A teoria assume que todos os agentes estão plenamente informados e que fazem previsões perfeitas, quando deveria explicar como eles adquirem as informações que utilizam para tomar decisões, num processo descentralizado e sem centro de compensação. Ao invés de compreender a economia real como um sistema já sempre equilibrado – em que a busca de informação já está concluída e a competição já cessou –, a teoria econômica deveria ser capaz de pensá-la, segundo Hayek, como um processo de auto-organização. Nesse caso, entretanto, a teoria econômica deveria ser capaz de suportar estoicamente uma certa ausência de ordem no mundo real, renunciando possuir, assim, a competência necessária para administrá-lo.

Georgescu-Roegen, um dos principais inspiradores de Mirowski, mostrou que a teoria neoclássica, ao se circunscrever ao modelo da Física do século XX que ainda não conhecia a segunda lei da termodinâmica (lei da entropia), havia adotado implicitamente um princípio de conservação que a levava a presumir que os fenômenos econômicos são reversíveis e que, portanto, o equilíbrio é independente da temporalidade. Em consequência, ele fora capaz de apontar em *The entropy law...* (1971) a razão pela qual a teoria econômica ortodoxa perdera qualquer conexão com a historicidade, a economia de mercado passara a ser apreendida como uma economia de troca que pode funcionar sem moeda, e, dado que o equilíbrio encontrado é um ponto de ótimo, tornara-se fácil demais provar que a economia de mercado é eficiente¹⁹, etc. A teoria neoclássica conseguira, assim, inventar uma estática de preço sem uma dinâmica efetiva de formação de preço (o

¹⁷ Ver sobre isso, Arrighi e Silver, p. 202-211 (Arrighi e Silver, 1999)

¹⁸ O novo-classicismo funda-se em robinsonadas. Só mesmo muita matemática sofisticada pode fornecer credibilidade a tal pobreza de elementos teóricos que tem por referência inelutável o capitalismo realmente existente.

¹⁹ Uma apresentação dessa mesma crítica a partir de um ângulo diferente - ângulo este fornecido por um artigo de Foley (1983) – pode ser encontrada em Prado (1999).

que ela apresenta como dinâmica é apenas, como sugerimos acima, um processo imaginário que foi chamado de "nocional" ou de "virtual").

Tais críticas são demolidoras. Assim como são demolidoras as conclusões negativas que vieram com os chamados teoremas de Debreu, Sonnenschein e Mantel sobre a possibilidade de se obter unicidade e estabilidade nos modelos de equilíbrio geral²⁰. Elas não tornaram, porém, os economistas que se pensam como neoclássicos mais modestos e menos arrogantes – o contrário ocorre. Eis que agora, entretanto, sabemos o porquê. Há, pois, nessa história algo morto que não quer morrer. Esta tradição sustenta um discurso que idealiza o mundo econômico realmente existente e o apresenta por meio de uma lógica de situação que é trivial e que, justamente por isso, pode ser aplicada em um sem número de casos, verdadeiramente sem possibilidade de falseamento (Caldwell, 2000).

É preciso ver neste momento que, já nos anos 70 do século XX, tornara-se evidente que a promessa segundo a qual a teoria econômica ortodoxa ficaria solidamente fundamentada na teoria do equilíbrio geral não poderia ser cumprida. Era claro que problemas da unicidade e da estabilidade não poderiam ser resolvidos dentro da axiomática de Arrow-Debreu. Desde então, a visão de mundo que representa, a qual fora construída nas últimas décadas do século XIX, entrou em processo de dissolução. Colander, por isso, achou recentemente que deveria proclamar a "morte da teoria neoclássica", datando-a nessa década²¹.

Em conseqüência, passa a coexistir no campo ortodoxo um conjunto mais ou menos amplo de programas de pesquisa, baseados em expectativas racionais, assimetria de informação, mercados incompletos, retornos crescentes, teoria dos jogos etc. Esses programas, não necessariamente coerentes entre si, caracterizam-se por adotarem hipóteses ditas *ad hoc*, seja porque elas não podem ser derivadas de uma axiomática seja porque são aceitas para produzir um resultado preestabelecido. A modelagem como tal se tornou o elemento central da teoria econômica. A preocupação que move os teóricos não vem a ser a compreensão do sistema econômico, ou mesmo a explanação de seu funcionamento com base numa visão de mundo unificadora, mas consiste apenas em enfrentar os problemas de política econômica.

Assim, dando um passo final na aceitação da reificação, após a supressão da sociabilidade e da historicidade, a teoria econômica ortodoxa passa a se sustentar na forma matemática de suas proposições e na possibilidade de apresentar evidências econométricas para elas. A teoria dita neoclássica vai desaparecendo como visão do mundo, subsistindo apenas como técnica de modelagem ou fonte de elementos para a modelagem. Ainda que isto não esteja garantido para o futuro, o que passou a unificar a teoria econômica ortodoxa foi a aderência ao método de obtenção de resultados que parte de um problema de otimização. À medida que a formalização e a econometria vieram para o primeiro plano, a teoria econômica tornou-se autista. É assim que a economia ortodoxa parece não quer abandonar o utilíssimo formalismo construído durante décadas, ao qual confessa faltar realismo, mas que une equilíbrio *a priori*, racionalidade plena e otimização.

O pensamento dominante enxerga naquilo que sobrou da teoria neoclássica um instrumento valioso de análise e de prescrição econômica, sem o ônus ontológico das teorizações de Keynes ou de Hayek. Eis que a visão do capitalismo como geração virtuosa (Hayek) é impotente, e a visão do capitalismo como crise (Keynes) é desconfortável.

²⁰ Ver Ingrao e Israel sobre isso (Ingrao e Israel, 1990).

²¹ Ver Colander (Colander, 2000).

Ademais, esses dois autores colocam a discussão dos temas econômicos no plano da economia política, escolhendo, assim, um terreno que legitima de certo modo o estilo do pensamento crítico. Parece ser bem mais fácil para o pensamento do sistema se retrair na matemática, no naturalismo e no objetivismo.

Ora, frente a isto tudo fica fácil perceber que muito do que se faz hoje em teoria econômica ortodoxa é estéril do ponto de vista de uma melhor compreensão da realidade econômica. Em parte, ela é ainda movida por um interesse ideológico e apologético. Em parte maior, é orientada por um interesse tecnocrático e profissionalizante. Devido às circunstâncias históricas antes mencionadas, a teoria econômica ortodoxa tem se apresentado como atividade intelectual que estrutura diferenças. Afirma-se, ademais, como mercadoria cultural do capitalismo pós-moderno que adota retoricamente certos valores ilustrados, como o rigor matemático, o respeito à experiência, mas que opera em última análise de um modo obscurantista.

A ciência em geral não teme o difícil; mas o difícil não é o esotérico. Se não se pode questionar certa importância da matemática e da estatística mesmo em Economia Política, é preciso perguntar em que consiste, em última análise, a fraqueza do formalismo das concepções ortodoxas. O que estão produzindo os novos teóricos que se dedicam a essas teorias cada vez mais herméticas?

A resposta surge quando se percebe que, sob a aparência de um esmero com a exatidão formal e um zelo com as provas de teoremas, esconde-se a supressão da sociedade viva – assim como as suas contradições e os seus conflitos – da análise econômica. Comparem-se, por exemplo, as obras caudalosas de Smith, Marx, Marshall ou Keynes com a segura da Teoria do Valor de Debreu. Como consequência dessa manobra purificadora, a teoria econômica sofre um empobrecimento semântico e comunicativo, assumindo, então, a forma de uma linguagem tipicamente matemática que só pode ser aprendida por meio de exercícios, com um mínimo ou nenhuma reflexão. É justamente por isso, entretanto, que vem a ser mais adequada para a administração autoritária das contradições e dos conflitos da sociedade atual.

Como os economistas ortodoxos estão construindo uma homogeneidade interna e marcando diferenças em relação ao meio externo, não se importam ademais em parecer autistas. Eles estão estruturando um colégio invisível de iniciados, cuja segregação interna se dá em termos da competência nessas práticas de formalização matemática e econométrica. Eles estão criando, ao mesmo tempo, um sistema de controle em que os mecanismos disciplinares de discriminação e de exclusão estão sendo mentalmente internalizados por todos os seus iniciados e iniciantes (Foucault).

Quanto vale mesmo um desses iniciados que é capaz de representar a complexidade de uma economia real por meio de uma construção idealizada habitada por um agente representativo? Ora, isto depende principalmente da escola em que obteve o seu título, do número de suas publicações e das revistas em que foram publicados. O valor, pois, de um doutor nesse mercado auto-referente depende de seu desempenho competitivo em seminários, congressos, revistas, prêmios e posições no sistema internacional de pós-graduação em Economia. Nesse sistema, tudo é hierarquizado. Há, por exemplo, escolas de topo, de segundo nível, terceiro nível, etc. Há, também, revistas de primeira, segunda, terceira linhas. Tudo isto é um exagero que denota apenas o que tem sido chamado de produtivismo universitário.

Dada essa base de indicadores e a sua multiplicidade, é claro que a expressão em valor mercantil dos economistas do sistema universitário só pode ser obtida por meio de uma redução monstruosa. De qualquer modo, a valoração científica autêntica, baseada em descobertas, busca da verdade, argumentos e reflexões originais, perde, assim, todo o seu bom sentido. Eis que tudo isto são manifestações no plano cultural das dificuldades estruturais de um modo de produção que caminha para o seu ocaso.

Referências Bibliográficas

- Arrighi, G., *O Longo Século XX – Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- Arrighi, G. e B. J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1999.
- Arrow, K. S., Toward a theory of price adjustment. In: Abramowitz, I. M. (ed.), *The allocation of economic resources*. Califórnia: Stanford University Press, 1959.
- Arrow, K. J., Economic equilibrium. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. 1976, vol. 4, p. 376-389.
- Caldwell, B., Hayek: Right for the Wrong Reasons? Presidential Address: History of Economics Society, julho de 2000.
- Colander, D., The death of neoclassical theory. In: *Journal of the History of Economic Thought*, nº 22 (2), p. 127-143.
- Foley, D., A statistical equilibrium theory of markets. In: *Journal of Economic Theory*, 1994, p. 321-345.
- Foley, D., Ideology and Methodology, Mimeo, 1998.
- Ganem, A., Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível. In: *Revista de Economia Política*, vol. 16 (2), abr.-jun. 1996, pp. 105-122.
- Georgescu-Roegen, N., *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- Hardt, M. e A. Negri, *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- Hayek, F. A., Economics and knowledge. In: *Individualism and economic order*. SouthBend: Gateway, 1948, p. 33-56.
- Hayek, F. A., Competition as a discovery procedure. In: *New studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978, p. 179-190.
- Herrera, Rémy, Existe um pensamento único em Economia Política? In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 8, junho de 2001, p. 7-25.
- Hugon, P., *História das doutrinas econômicas*. São Paulo, Atlas, 1972.
- Ingrao, B e G. Israel, *The Invisible Hand – Economic Equilibrium in the History of Science*. Londres: The MIT Press, 1990.
- Katzner, D. W., In defense of formalization in Economics. In: *Methodus*, 1991, vol. 3, nº 1, p. 17-23.
- Lisboa, M. B., Miséria da crítica heterodoxa – primeira parte: sobre as críticas. In: *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 2, jan.-jun. 1997, p. 5-66.

- Lisboa, M. B., Miséria da crítica heterodoxa – segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. In: *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 3, jan.-jun 1998, p. 113-151.
- McCloskey, D. N., Economics science: a search through the hyperspace of assumptions? In: *Methodus*, 1991, vol. 3, nº 1, p. 6-16.
- Milgate, M., On the Origin of the Notion of “Intertemporal Equilibrium”. In: *Economica*, 1979, vol. 46, p. 1-10.
- Mirowski, P., Physics and the ‘marginalist revolution’. In: *Cambridge Journal of Economics*, 1984, vol. 8, p. 361-379.
- Mirowski, P., What were Von Neumann and Morgenstern trying to Accomplish? In: Towards a History of Game Theory, Annual Supplement to *History of Political Economy*, vol. 24, 1992.
- Mirowski, P., More heat than light – Economics as social physics; physics as nature's economics. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Prado, E. F. S., Equilíbrio e entropia: crítica da teoria neoclássica. In: *Econômica*, dezembro de 1999, vol.1(2), p. 9-34.
- Prado, E. F. S., Falha de Coordenação em Economia de Troca, 2000, mimeo.
- Potts, J., *The new evolutionary microeconomics - complexity, competence and adaptive behaviour*. Cheltenham, Edward Elgar, 2000,
- Silveira, A. M., A sedição da escolha pública: variações sobre o tema das revoluções científicas. In: *Revista de Economia Política*, vol. 16 (1), jan-mar. 1996, p. 37-56.
- Soromenho, J. E. C., Microfundamentos e sociabilidade. In: *Economia*, vol. 1 (2), jul.-dez. 2000, p. 186-219.